



María de Lourdes Dutra
Conrado Neves Sathler
(Organizadores)

Psicologia,
Direitos Humanos
e Políticas Públicas
Ética e Intervenções

 Pedro & João
editores

**Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas:
ética e intervenções**

**Maria de Lourdes Dutra
Conrado Neves Sathler
(Organizadores)**

**Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas:
ética e intervenções**


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Maria de Lourdes Dutra; Conrado Neves Sathler [Orgs.]

Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas: ética e intervenções. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 233p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-557-8 [Impresso]

978-65-5869-559-2 [Digital]

1. Psicologia. 2. Direitos Humanos. 3. Políticas Públicas. 4. Ética. 5. Intervenções. I. Título.

CDD – 150

Arte da capa: Marise Massen Frainer

Finalização da Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

Agradecimentos

À Marise Masser Frainer pela boa disposição em ilustrar nosso trabalho com seu talento e bom gosto.

À equipe de estudantes extensionistas. Sem os conhecimentos, o interesse, o empenho no trabalho coletivo e a performance digital dessa equipe, este trabalho não teria sido possível.

À Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia por nos acolher e auxiliar a montagem das mesas.

Ao curso de Psicologia que participou ativamente com palestrantes, presenças atentas e divulgação do evento.

Ao Centro Acadêmico da Psicologia pelo apoio administrativo e estímulo à participação discente.

Ao Centro de Estudos Sociais (CES) Universidade de Coimbra (UC) por partilhar conosco os saberes da Profa. Silvia Portugal e do Prof. Marcos Antonio Batista da Silva.

À FCH/UFGD pelo apoio administrativo e financeiro (recurso PAP-UA).

Sumário

PREFÁCIO _____ **11**

1. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O CAMPO DA PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO _____ **23**

Marcos Antonio Batista da Silva

(DES)APRENDIZAGENS COM AS E OS KAIOWÁ E GUARANI: uma provisória cartografia da terra vermelha _____ **39**

Catia Paranhos Martins

PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: outras perspectivas para o diálogo _____ **55**

Conrado Neves Sathler

Maria de Lourdes Dutra

2. IMIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

O SUPORTE PSICOSSOCIAL A MIGRANTES E REFUGIADOS PELO VIÉS DA INTERCULTURALIDADE: experiências com a estrangeiridade _____ **63**

Julia Bartsch

INTERCULTURALIDADE NA FAMÍLIA E SAÚDE MENTAL DE IMIGRANTES _____ **75**

Carolina de Campos Borges

MIGRANTES E OS ‘PEDAÇOS’ DE HUMANIDADES PERDIDAS 91

Alex Dias de Jesus
Jones Dari Goettert

IMIGRAÇÃO E SOFRIMENTO: por uma fenomenologia do acolhimento 109

Dionatans Godoy Quinhones

3. DÁDIVA: um paradigma ético para Políticas Públicas

REDE BRASILEIRA DE LEITE HUMANO (RBLH) E DÁDIVA: uma estratégia em Saúde Pública em tempo de covid 19 117

Eliane Caldas do Nascimento Oliveira

DÁDIVA E CUIDADO: paradigmas para (re)pensar cidadania e Políticas Públicas 127

Sílvia Portugal

A TRANSMISSÃO DO LEGADO EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS: uma questão para as Políticas Públicas de cultura 141

Sanyo Drummond Pires

4. ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A APOSTA DO PSICANALISTA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL COM USUÁRIOS DE DROGAS: entre as políticas de morte do governo Bolsonaro e os tempos pandêmicos 151

Flávio Cesar de Oliveira Nicodemos

| | |
|---|------------|
| SAÚDE PÚBLICA E POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NA ATUAL OFENSIVA CONSERVADORA | 167 |
| Bruno Passos Pizzi | |
| ASSISTÊNCIA BASEADA EM EVIDÊNCIAS A USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: é possível no Brasil? | 191 |
| Karen Priscila Del Rio Szupszynski | |
| A QUESTÃO DAS DROGAS: notas e reflexões para o debate | 207 |
| Gabriela Rieveres Borges de Andrade | |
| PROJETO DE EXTENSÃO - CICLO DE PALESTRAS PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS | 219 |
| Isadora Azambuja da Silveira Lara Martinez Ferreira Maria Julia Botelho e Souza | |
| SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES) | 227 |

O CAMPO DA PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Marcos Antonio Batista da Silva¹

Introdução

Este estudo é derivado de uma comunicação do autor no Projeto de Extensão: Ciclo de Palestras “Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas” que discutiu relações étnico-raciais e ensino superior no país. A primeira mesa desse, evento *on-line*, promovido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), foi realizada em 28 de junho de 2021. Este debate ocorreu durante o período da pandemia do Coronavírus-19 que tem atingido de modo globalizado as sociedades contemporâneas. Temos acompanhado a evolução da pandemia e essa não faz distinção de gênero, raça, etnia e classe social.

No entanto, não podemos deixar de considerar o contexto das populações racializadas (negros, povos indígenas) que sofrem pelo racismo estrutural e desigualdades sociais e têm, na pandemia, um agravamento especial, no que se refere à Saúde. A luta contra a Covid-19 exige uma leitura racial e social como destacada por

¹ Psicólogo, com doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra e integrante do projeto “POLITICS- A política de (anti)racismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas” (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG), com financiamento da European Research Council (ERC).

Santos *et al.*, (2020). Consideramos que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e étnico-raciais.

Compartilhamos as reflexões de Almeida (2019) que mostram que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que manifesta por meio de práticas (...) que culminaram em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertencem” (p. 32). Desse modo, a discussão de Hall (2003, p. 6) nos ajuda a entender que “raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo”.

Quando o nosso foco de atenção recai sobre a universidade no contexto da pandemia globalizada notamos que as atividades acadêmicas se modificaram. Novos formatos foram implementados (modalidade *on-line*) devido ao isolamento social. Como garantir o pleno acesso digital a estudantes que não dispunham de equipamentos e de acesso à *internet* devido as desigualdades sociais? O Brasil é um país que apresenta imensas desigualdades sociais e raciais. Porém, as universidades não paralisaram suas atividades e têm contribuído de forma assustosa na produção de conhecimento, respondendo às novas demandas científicas, tecnológicas e sociais.

As instituições, e isso inclui as universidades, têm contribuído para a criação de instrumentos visando auxiliar o combate à pandemia do Coronavírus-19, por exemplo, a fim de levar informação de referência à comunidade. Dois estudantes do curso de Engenharia de Computação da UFGD² criaram um *site* que apresenta os números atualizados de casos de Covid-19 nos estados do Brasil e em cada município de Mato Grosso do Sul. O Instituto Butantan, em sua experiência contra o novo Coronavírus na produção de vacinas, tem contribuído com a saúde pública brasileira com a produção de vacinas contra a Covid-19.

²<https://portal.ufgd.edu.br/noticias/estudantes-da-ufgd-criam-site-para-divulgar-dados-atualizados-sobre-a-covid-19>

A Ciência, enquanto instituição coletiva, visa produzir conhecimento e com o campo da Psicologia não foi diferente, “a Psicologia como ciência e profissão, envida esforços para compreender o ser humano em sua dinamicidade, sendo esta permeada por constantes transformações sociais”, como destaca o Conselho Federal de Psicologia – CFP (CFP, 2020, p. 7). Da perspectiva do CFP, a fase que as sociedades contemporâneas atravessam com a pandemia do Covid 19, “é um desses contextos que desafiam governos, pesquisadores, [...] e a própria sociedade, exigindo resiliência e [...] criatividade para minimizar os impactos [...] do isolamento social, dos sofrimentos físico e mental, das desigualdades sociais (CFP, 2020, p. 7).

Observamos que o CFP, entre outras ações durante a pandemia, lançou a “Cartilha³ de boas práticas para Avaliação Psicológica em contexto de pandemia” que auxilia as(os) psicólogas(os) na adequação da prática e do ensino na Avaliação Psicológica por meio de tecnologias da informação e da comunicação. Outra importante ação do CFP, que dialoga com nossa comunicação, se refere ao enfrentamento e combate ao racismo que está regulamentado na Psicologia brasileira desde o início da década de 2000 (Resolução⁴ CFP nº 18/2002) que estabelece normas para atuação das(os) psicólogas(os) em relação ao racismo.

O panorama aqui introduzido é incompleto, mas pode ser um início para a discussão das emergências da Psicologia e da Educação das Relações Étnico-raciais na sociedade brasileira. As políticas públicas educacionais introduziram no sistema educacional brasileiro o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008), em especial. Foram também publicadas as “Diretrizes Curriculares

³ Conselho Federal de Psicologia (CFP). Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-de-boas-praticas-para-avaliacao-psicologica-em-contextos-de-pandemia/>. Acesso em: 31 mai.2021, 2020.

⁴Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (DCNERER) de 2004.

Na primeira seção, discutimos os avanços e desafios do campo da Psicologia e dos estudos das relações étnico-raciais. Na segunda e terceira seções, destacamos alguns pontos para reflexão acerca da Psicologia, da formação em Psicologia e da Educação das Relações Étnico-raciais envolvendo as culturas acadêmicas, curriculares e epistemológicas ilustradas por considerações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFGD, para em seguida, apresentarmos nossas considerações finais.

Psicologia e Relações Étnico-Raciais: avanços e desafios

O campo da Psicologia nem sempre esteve envolvido fortemente para o debate étnico-racial no Brasil sobre raça e antirracismo, como destaca Costa (2020). Para ela, a Psicologia, por longo período, tem sido considerada “uma ciência a serviço de uma elite que fez, por muitas vezes, uso de suas técnicas para a validação de diferenciações étnicas e sociais, para justificar o uso da força e para subjugar povos e garantir privilégios” (COSTA, 2020, s/p). Nesse sentido, questiona: até que ponto os profissionais da Psicologia têm corroborado para a manutenção desse *status*? Compartilhamos as reflexões dessa autora para quem é fundamental “reconhecer a legitimidade do sofrimento impingido à população negra pelo racismo” (COSTA, 2020, s/p).

Na revisão de literatura, localizamos autores que têm discutido sobre o campo da Psicologia, Saúde e Saúde Mental problematizando as especificidades, em particular, da população negra no Brasil contemporâneo (FAUSTINO e OLIVEIRA, 2020; SILVA e PERUZZO, 2020; CAMPOS, 2020). Isto é, uma literatura pouco explorada na formação de muitas(os) psicólogas(os) no país. Ressaltamos ainda a contribuição da “Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) Negras(os)”, citamos como exemplo, a Campanha #SaúdeMentalDaPopulaçãoNegra

Importa, que de forma coletiva possibilitou “a ampliação de alianças e a reflexão sobre o tema” (SILVA e PERUZZO, 2020, p. 152).

Esse debate também envolve os protestos contra o racismo *globalblack lives matter*⁵- #vidasnegrasimportam. Contexto que envolveu grande parte das sociedades contemporâneas. Solidarizemo-nos com homens e mulheres negras, adultos e jovens negros, que têm sido brutalmente assassinadas(os) por agentes de segurança pública nas sociedades contemporâneas. Entendemos que a violência se impõe na agenda da Saúde Mental de diversas maneiras, assim é fundamental e urgente que a Psicologia possa ampliar cada vez mais seu olhar para o combate ao racismo e para a eliminação de formas de opressão e violência.

Santos, Schucman e Martins (2012) somam-se a esse debate e assinalam que o debate étnico-racial tem integrado o campo de estudos da Psicologia no Brasil (final do século XIX e início do XX - Escola Nina Rodrigues). O período entre 1930-1950 foi marcado pela introdução da Psicologia na Educação Superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico de raças. Na década de 1990 é retomada a discussão, de maneira crítica, sobre o legado social do “branqueamento” e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico-racial da população negra (SANTOS, SCHUCMAN e MARTINS, 2012).

A partir da década de 2000, encontramos uma produção que dá ênfase à violência psicológica do preconceito e do racismo, ao legado social do branqueamento e de seus efeitos psicossociais sobre a identidade étnico-racial de negras(os) e branc(as)os; e ao monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção da igualdade étnico-racial (CARONE e BENTO, 2002). Nessa direção, Schucman e Martins (2017) chamam a atenção para

⁵ Em 2013, três organizadores negros radicais - Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi – criaram o *Black-centered political*, centrada na população negra e a criação de um projeto de construção de movimento chamado #BlackLivesMatter. Foi em resposta à absolvição do assassino de Trayvon Martin, George Zimmerman. <https://blacklivesmatter.com/herstory/>

os movimentos sociais negros que pautam uma agenda política redefinindo o debate racial no qual a Psicologia passa a discutir a(o) negra(o) não mais como “objeto da ciência”, mas sim como agente produtor de sua própria história (SCHUCMAN e MARTINS, 2017, p. 172), como já alertara Alberto Guerreiro Ramos.

Psicologia, Culturas Curriculares, Questões Raciais: currículos em construção

O debate proposto pelas DCNERER é fundamental para combater o racismo e empreender reeducação das relações étnico-raciais garantindo o direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, em especial a população negra e os povos indígenas. Nesse sentido, autores tem contribuído com essa perspectiva discutindo a temática por diferentes olhares. Silva (2020) olhou para o campo da Psicologia considerando a relação entre juventude, desigualdades sociais, desigualdades educacionais, racismo e violência que recaem sobre o corpo negro. Sampaio (2010) discutiu o ingresso de estudantes via políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro, em que...

a proposição dessas políticas e sua execução solicitam o olhar do profissional psicólogo interessado não apenas em resultados acadêmicos, mas em propiciar convivência de qualidade aos recém-ingressos no seio da comunidade universitária (SAMPAIO, 2010, p. 95).

Suleiman (2014) chama a atenção para a produção do conhecimento e das práticas profissionais no que tangenciam às políticas públicas educacionais (História e Cultura Afro-brasileira e Indígena). De acordo com Suleiman (2014, p. 370), “a Psicologia tem muito a contribuir no processo de formação de professores ao evidenciar como se dá a constituição do sujeito na relação com a cultura, desnaturalizando preconceitos e estereótipos sobre as relações sociais e étnico-raciais do país”.

Ainda, segundo Suleiman (2014):

Como os cursos e licenciaturas de Psicologia vêm trabalhando com o racismo e as relações étnico-raciais no seu currículo? E quanto à lei 10.639/03: como os psicólogos educacionais e escolares vêm trabalhando com o racismo e as relações raciais em suas práticas escolares e produções científicas? De que forma podemos ter uma atuação antirracista, a fim de promovermos relações realmente igualitárias e não discriminatórias? (p. 371).

Compartilhamos as reflexões de Suleiman (2014) que afirma que o campo da Psicologia precisa dar respostas urgentes a tais questionamentos. Por sua vez, Espinha (2017), por meio de uma análise de 35 Projetos Pedagógicos de cursos de Psicologia com foco nos estudos das relações étnico-raciais entre os anos de 2014 e 2015, aponta que “existe um silenciamento de temas [...], como, por exemplo: o racismo” (ESPINHA, 2017, p. 9). Essa autora chama a atenção para a necessidade de os cursos de Psicologia repensarem suas propostas de maneira mais aprofundada sobre a temática racial.

O debate acerca de currículos eurocêntricos no Brasil ganhou força a partir da década de 2000, em especial devido a introdução das Leis nº.10.639/2003 e 11.645/2008 no sistema educacional brasileiro. Segundo Régis (2018, p. 209), “[...] O conhecimento corporificado nos currículos tem sido predominantemente eurocêntrico. Compreendemos, por um lado, que a introdução das supracitadas leis tem favorecido mudanças de culturas acadêmicas, curriculares e epistemológicas em todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Por outro, após quase duas décadas da promulgação da Lei nº 10.639/2003, em algumas universidades este debate demora a acontecer. Com raras exceções, fica por conta de docentes engajados ao tema e/ou disciplinas optativas nos currículos universitários (ARAÚJO e SILVA, 2020).

O debate Étnico-Racial no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFGD

Nesta seção, tecemos algumas considerações sobre a introdução do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena junto ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação

(Bacharelado e Licenciatura) da UFGD⁶ do ano de 2017. Voltamos assim para o debate étnico-racial na formação de profissionais para o campo da Psicologia. As disciplinas teórico-metodológicas da estrutura curricular do curso de Psicologia da UFGD são distribuídas entre disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas e atividades complementares (PPC/PSICOLOGIA /UFGD, 2017). Nessa direção, buscamos localizar no PPC alguns tópicos que anunciassem o debate étnico-racial.

A primeira observação se refere à forma de ingresso, na qual são previstas cotas sociais e étnico-raciais em cumprimento à legislação vigente (Lei 12.711/2012), que tem entre seus objetivos a promoção de uma maior democratização e equidade de acesso ao ensino superior e a Portaria Normativa n. 4/2018 (Comissão de heteroidentificação). A segunda observação envolve as DCNERER e as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Nesse sentido, o PPC do curso de Psicologia da UFGD anuncia que atende às determinações das DCNERER, [...]. A Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, indígenas” (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p.16) estão inclusas nos componentes curriculares a saber:

“Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial” e “Psicologia Social II” e dos Componentes Comuns à Universidade como: “Interculturalidade e Relações Étnico-raciais”, “Educação, Sociedade e Cidadania”, “Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades” e “Territórios e Fronteiras”. (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p. 16).

⁶ A UFGD foi criada em 29 de julho de 2005, pela Lei 11.153. A UFGD proveio da transformação do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Núcleo de Ciências Agrárias da cidade de Dourados. Uma das ampliações concretizou a implementação de nove cursos de graduação, criação em 2007 e implantação em 2009, quando em seu processo de consolidação, a UFGD aderiu ao REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Entre esses, cursos, o de Psicologia (Licenciatura e Bacharelado / Formação de Psicólogos), em 2009. (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017).

Ao detalharmos um pouco mais essas disciplinas, localizamos que o componente curricular “Tópico em Cultura e Diversidade Étnico-Racial” contempla as discussões sobre “introdução à História e cultura africana e afro-brasileira e Indígena. Cultura, diversidade, pluralismo, identidade e reconhecimento (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p. 51) ancorada pelo referencial teórico de Mary Del Priore, Renato Venâncio, Maria José Rocha, Selma Pantoja (História da África); Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren (movimentos sociais); Roque Laraia (conceitos antropológicos); Márcio Aguiar (Ação Afirmativa); Kabengele Munanga (racismo e negritude); Levi Pereira (territorialização e identidade étnica) e Jurjo Santomé (culturas). No entanto, parte desta importante discussão, isto é, o debate sobre negritude e povos indígenas ainda são elencados como bibliografia complementar da disciplina.

A disciplina “Psicologia Social II” envolve o “estudo de questões da Psicologia Social no contemporâneo. Práticas de exclusão/inclusão, políticas sociais, violência, trabalho, processos de subjetivação e mídia. Reflexão sobre desigualdade social, humilhação, sofrimento ético-político, Direitos Humanos” (ibidem, p. 58). Entretanto, não localizamos um debate proposto que contemple o pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais, como tem discutido, por exemplo, Santos *et al.*, (2012).

A disciplina “Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais” discute:

Teorias da Etnicidade; Teorias Raciais; Interculturalidade, Diversidade de Saberes e Descolonização dos Saberes; História e Cultura Afro-brasileira em Mato Grosso do Sul; História e Cultura Indígena em Mato Grosso do Sul; Colonialidade e Relações de Poder nas Relações Étnico-Raciais; O fenômeno do Preconceito Étnico-Racial na Sociedade Brasileira; Políticas Afirmativas e a Sociedade Brasileira (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p. 58).

Porém, não localizamos um debate que problematiza a produção de conhecimento sobre raça e racismo envolvendo o campo da Psicologia, como têm discutido autores como Schucman (2017). A disciplina “Educação, Sociedade e Cidadania” envolve o

debate sobre “a educação na formação das sociedades; Educação, desenvolvimento e cidadania; Políticas públicas e participação social; Políticas afirmativas; Avaliação da Educação no Brasil; Educação, diferença e interculturalidade” (PPC/PSICOLOGIA/ UFGD, 2017, p. 49). Comprendemos que, de um lado, esse debate apresentado é fundamental. De outro, é importante que a discussão sobre desigualdade e raça refletida no discurso intercultural possa reconhecer também que grupos racializados (negros, povos indígenas) têm demandas específicas e, portanto, não podem ser tratados sem considerar as especificidades que os definem.

Por sua vez, a disciplina “Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade” está voltada para a “compreensão histórica dos Direitos Humanos; Multiculturalismo e Relativismo Cultural; Movimentos Sociais e Cidadania; Desigualdades e Políticas Públicas; Democracia e legitimidade do conflito (*ibidem*). De modo geral, essa disciplina discute Direitos Humanos e Democracia destacando os possíveis avanços e resistências das populações mais vulneráveis nas sociedades contemporâneas objetivando, assim, um panorama histórico, em especial, acerca do debate entre Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos na sociedade brasileira.

Nessa direção, vale ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou recentemente um debate urgente na “43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos” sobre violações de inspiração racial, racismo sistemático, brutalidade policial contra pessoas de ascendência africana e violência contra protestos pacíficos. Precisamos falar também sobre o Relatório “Situação dos Direitos Humanos no Brasil” de 2021, elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A Comissão “recebeu uma grande quantidade de depoimentos de vítimas de violações de Direitos Humanos e de seus familiares” (CIDH, 2021, p. 15). Citamos como exemplos, alguns contextos que envolvem o estado de Mato Grosso do Sul (*campus* da UFGD):

A CIDH também alerta que, no primeiro semestre de 2019, houve vários ataques contra comunidades indígenas em várias regiões do Brasil, como Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (CIDH, 2021, p. 37).

Destacam-se os casos de trabalhadores indígenas resgatados em condições análogas à escravidão, como os da etnia Terena no Mato Grosso do Sul (*ibidem*, p. 54).

Em audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul, identificaram-se padrões de violência obstétrica impostos a mulheres indígenas e negras (*ibidem*, p. 170).

Compreendemos que fortalecer as instituições responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de políticas públicas com foco em Direitos Humanos, em especial de grupos mais vulneráveis, também deve fazer parte do debate nas universidades, por meio de suas matrizes curriculares.

A disciplina “Territórios e Fronteiras” tem discutido, o “Estado, nação, culturas e identidades; Processos de Globalização/Mundialização, Internacionalização e Multinacionalização; Espaço econômico mundial; Soberania e geopolítica; Territórios e fronteiras nacionais e étnicas; Fronteiras vivas (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p. 50). Desse modo, a disciplina é pensada a partir do território em que se encontra e considera a diversidade étnica do estado de Mato Grosso do Sul. Com a segunda maior população indígena do país, cerca de 15%, os povos indígenas de Mato Grosso do Sul ocupam apenas 0,6% das terras indígenas demarcadas no Brasil⁷.

Quando nosso foco de atenção recai sobre a questão dos povos indígenas proposta pelo PPC do curso de Psicologia da UFGD, captamos que a UFGD possui uma “Faculdade Intercultural Indígena”⁸, na qual está vinculado o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, o que possibilita um intercâmbio cultural na universidade e o convívio entre diversidades étnicas. Nessa

⁷ Ver: <http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=23>

⁸ Pela limitação do escopo do texto, não será possível um maior detalhamento deste contexto.

direção, outro tópico focalizado se refere à oferta da disciplina optativa “Psicologia da Saúde Indígena”.

Essa disciplina propõe discutir os povos indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Assim como o debate acerca dessa população no contexto da Psicologia, Saúde e Saúde Indígena. No entanto, não localizamos no PPC um debate que envolva a Psicologia da Saúde da população negra. Entendemos que esse debate é fundamental, visto que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009) reconhece o racismo estrutural e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde.

Observamos ainda algumas lacunas nos referenciais teórico-metodológicos da disciplina que poderiam somar ao currículo como, por exemplo, bibliografia de intelectuais indígenas e negros.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano [indígenas], mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BRASIL, 2004, p. 17, grifo do autor).

Isto nos faz refletir também acerca do ingresso da população indígena na universidade para além das(os) alunas(os), ou seja, na representatividade⁹ de docentes negras(os) e indígenas, como discutem Mello e Resende (2019). É importante destacar ainda que a UFGD possui um “Núcleo de Estudos Afro-brasileiros”¹⁰ relacionado à diversidade étnico-racial, às políticas públicas de combate à discriminação e ao racismo, que tem discutido e problematizado as várias facetas do racismo. Ressaltamos assim, a

⁹ Mello e Resende (2019), com fontes de dados do ano de 2018 (raça/cor/autodeclarada), mostra que de um total de “652 professores da UFGD: 27 (branca); 1 (preta); 7 (parda); 0 (amarela); 0 indígena; 617 (não declarada)” (MELLO e RESENDE, 2019, p. 174).

¹⁰ Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e correlatos que integrantes do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em consonância com a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)- ABPN.

resistência de grupos racializados (negros e povos indígenas), movimentos sociais, movimento de estudantes universitários (coletivos negros, coletivos de povos indígenas) que lutam por maior equidade no sistema educacional, incluindo o campo da Psicologia. Isto é, estão colocando na pauta acadêmica suas demandas por uma educação antirracista que possa nomear a temática de raça e racismo, assim como assuntos relacionados ao poder e à exclusão e não somente atentos aos aspectos culturais (FERREIRA, 2012). (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017).

Considerações Finais

Nossas análises indicam que, por um lado, o PPC do curso de Psicologia da UFGD, do ano de 2017, apresenta a discussão dos estudos das relações étnico-raciais em eixos temáticos de formação à universidade e em disciplinas comuns à área de conhecimento. Por outro, observamos que das quarentas e três (43) disciplinas obrigatórias - específicas do curso de bacharelado em Psicologia -, nenhuma delas apresenta descritores relacionados ao tema das relações étnico-raciais em seus títulos, ementas e referências bibliográficas.

Salvo a exceção da disciplina optativa “Relações de Gênero”, nenhuma outra indica entre seus objetivos a discussão de raça, nela consta: “[...]. A articulação das relações de gênero com os eixos de raça, etnia, classe social, geração”. (PPC/PSICOLOGIA/UFGD, 2017, p. 68). Outra referência aparece na disciplina “Terapia Familiar Sistêmica”, com a discussão de Monica McGoldrick, que inclui o debate sobre terapia familiar, raça, cultura, gênero e prática clínica.

Ressaltamos ainda que o “Eixo Temático de Formação Comum à Universidade” integra um conjunto de quinze disciplinas, com 72 horas/aula cada, das quais o aluno deverá eleger três, entre elas apontamos disciplinas que dialogam com a questão racial, citamos como exemplos: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades; Educação, Sociedade e Cidadania; Territórios e Fronteiras; Interculturalidade e Relações Étnico-raciais.

No entanto, se o aluno, por algum motivo, não elege as disciplinas supracitadas terá lacunas em sua formação de psicólogo(a) no que diz respeito aos estudos das relações étnico-raciais. Isto é, fica restrito o avanço de reflexões sobre representação política, construção de relações de poder, desigualdades raciais e racismo. Desse modo, compartilhamos das reflexões de Espinha (2017), da necessidade de os cursos de Psicologia em seus currículos específicos reavaliarem suas propostas curriculares e epistemológicas sobre a temática Étnico-Racial.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.

ARAÚJO, Danielle Pereira; SILVA, Marcos Antonio Batista da. O ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Currículo dos Cursos de Pedagogia De Duas Instituições de Ensino Superior. @rquivo Brasileiro de Educação, v. 8, n. 17, p. 322-351, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

CAMPOS, Alessandro de Oliveira. A Psicologia e o racismo estrutural na atualidade Latino-Americana. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN), 12(Ed. Especi), 27-51,2020.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). Psicologia social do racismo. Petrópolis: Vozes, 2002.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Situação dos direitos humanos no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>>. Acesso em 10 jul.2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA- CFP. Resolução CPF nº.18/2002.

COSTA, Lígia Santos. Qual o lugar da psicologia frente ao racismo? Disponível em :< <https://www.geledes.org.br/qual-o-lugar-da-psicologia-frente-ao-racismo/> . Acesso em 23 de abr.2021, 2020.

ESPINHA, Tatiana Gomez. A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de projetos políticos –pedagógicos: silêncio e ocultação. Tese de doutorado, Faculdade de Educação Universidade de Campinas, 2017.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Maria Clara de. Frantz Fanon e as máscaras brancas da saúde mental: subsídios para uma abordagem psicossocial. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN), 12(Ed. Especi), 6-26, 2020.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 275-288, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD). Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/cursos/psicologia/projeto-pedagogico>. Acesso em 1 abr.2021.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. Soc. estado. n.34, v.1, 161-184, 2019.

RÉGIS, Katia. Currículo. In: SILVA, P. V. B.; RÉGIS, K.; MIRANDA, S.A. (Orgs). Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. A Psicologia na educação superior: ausências e percalços. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 95-105, 2010.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. Psicologia: Ciência e Profissão, v.32(spe), 166-175, 2012.

SANTOS, Márcia Pereira Alves, et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados, São Paulo, v.34, n.99, 225-244, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2017 v. 37 (núm. esp.), 172-185,2017.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir. In: SAWAIA, B. B. et al., (Orgs.), Sawaia et al., (Orgs.). *Afeto & violência: lugares de servidão e resistência*. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM,2020

SILVA, Maria Lúcia da. Caderno Temático “III PSINEP – Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es”. *Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 12(Ed. Especi), 3-5, 2020.

SILVA, Maria Lucia, PERUZZO, Maria Ondina da Silva. (2020). *Enfim...por que a Campanha saúde da população negra importa!* *Revista Da associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 12(Ed. Especi), 152-187, 2020.

SULEIMAN, Bianca Barbosa. *Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores*. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.18, n.2, 369-372, 2014.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Situação dos direitos humanos no Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>>. Acesso em 10 jul.2021.